



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA
CONSOLIDADO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, (motocicletas, automóveis tipo SUV, minivan, micro-ônibus, ônibus e ambulância), para atender as demandas da Prefeitura do Município de General Maynard/SE e seus partícipes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste TR:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE veículos	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL MÊS	VALOR TOTAL ANO
01	LOCAÇÃO DE MOTOCICLETA MOTOR 150CC OU SUPERIOR, 4 TEMPOS, PARTIDA ELÉTRICA, A PARTIR DO ANO DE 2025, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL E GASOLINA) COM TODA DOCUMENTAÇÃO, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA	2	Mês	1.502,49	3.004,98	36.059,76
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO SUV, PASSEIO, MOTOR 2.0 A PARTIR DO ANO DE 2025, DIREÇÃO ELÉTRICA, CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES, QUATRO PORTAS, COMBUSTÍVEL DIESEL) COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI, COM COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MOTORISTA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA	1	Mês	11.000,00	11.000,00	132.000,00
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO SEDAN, PASSEIO, MOTOR 2.0 A PARTIR DO ANO DE 2025, CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES, CINCO PORTAS, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL E GASOLINA), COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA. EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO REGULARES, SEGURO COMPREENSIVO, INCLUSIVE PARA TERCEIROS E	2	MÊS	5.261,11	10.522,22	126.266,64



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN POR CONTA DA CONTRATADA.					
04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE PICK UP LEVE, SEM MOTORISTA. DESCRIÇÃO: VEÍCULO COM DUAS PORTAS, TRAÇÃO DIANTEIRA, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDRO ELÉTRICO, TRAVA NAS PORTAS, ALARME, CÂMBIO MANUAL, CAPACIDADE MÁXIMA DE 2 PASSAGEIROS, POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR DE 109 CV, COMBUSTÍVEL FLEX (GASOLINA/ETANOL), NO MÁXIMO COM 4 (QUATRO) ANOS DE MODELO/FABRICAÇÃO (A PARTIR DE 2025), COM QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA; EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO REGULARES, SEGURO COMPREENSIVO, INCLUSIVE PARA TERCEIROS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN POR CONTA DA CONTRATADA.	2	MES	5.693,84	11.387,68	136.652,16
05	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS NÃO INFERIOR A 2020, CONVENCIONAL URBANO COM MOTORISTA HABILITADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 42 LUGARES ACOLCHOADOS PARA OS PASSAGEIROS SENTADOS, NO INTERIOR COM CORRIMÃOS AÉREOS, BALAUSTRAS E BARRAS DE SEGURANÇA LATERAL, COMBUSTÍVEL, ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS POR CONTA DO CONTRATADO, CONSIDERANDO EVENTUAL CIRCULAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL.	2	MES	24.328,33	48.656,66	583.879,92
06	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS NÃO INFERIOR A 2020, COM MOTORISTA HABILITADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES ACOLCHOADOS PARA OS PASSAGEIROS POLTRONAS RECLINÁVEIS, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE,	2	MES	15.559,45	31.118,90	373.426,80



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS POR CONTA DO CONTRATADA, CONSIDERANDO EVENTUAL CIRCULAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL.					
07	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO MNIVAN, PASSEIO, MOTOR 1.8 A PARTIR DO ANO DE 2020, DIREÇÃO HIDRAULI OU ELETRICA, CAPACIDADE PARA 7 (SETE) LUGARES, QUATRO PORTAS, COMBUSTÍVEL FLEX OU GASOLINA) COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI, COM E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATANTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA	2	MES	5.905,00	11.810,00	141.720,00
08	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA "A" PARA SIMPLES REMOÇÃO DE PEQUENO PORTE, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICO MOVIDA, A PARTIR DO ANO DE 2025 A GASOLINA/ÁLCOOL) SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR	2	MES	6.426,67	12.853,34	154.240,08

1.2 Nos termos do *caput* do artigo 86 da Lei 14.133/2021, manifestaram interesse durante o procedimento público de intenção de registro de preços os seguintes **ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste TR:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE veículos	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL MÊS	VALOR TOTAL ANO
01	LOCAÇÃO DE MOTOCICLETA MOTOR 150CC OU SUPERIOR, 4 TEMPOS, PARTIDA ELÉTRICA, A PARTIR DO ANO DE 2025, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL E	2	Mês	1.502,49	3.004,98	36.059,76



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	GASOLINA) COM TODA DOCUMENTAÇÃO, COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA					
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO SUV, PASSEIO, MOTOR 2.0 A PARTIR DO ANO DE 2025, DIREÇÃO ELETRICA, CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES, QUATRO PORTAS, COMBUSTÍVEL DIESEL) COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI, COM COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MOTORISTA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA	1	Mês	11.000,00	11.000,00	132.000,00
03	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS NÃO INFERIOR A 2020, CONVENCIONAL URBANO COM MOTORISTA HABILITADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 42 LUGARES ACOLCHADOS PARA OS PASSAGEIROS SENTADOS, NO INTERIOR COM CORRIMÃOS AÉREOS, BALAUSTRES E BARRAS DE SEGURANÇA LATERAL, COMBUSTÍVEL, ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS POR CONTA DO CONTRATADO, CONSIDERANDO EVENTUAL CIRCULAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL.	2	MES	24.328,33	48.656,66	583.879,92
04	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS NÃO INFERIOR A 2020, COM MOTORISTA HABILITADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES ACOLCHADOS PARA OS PASSAGEIROS POLTRONAS RECLINAVEIS, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, ALIMENTAÇÃO, SEGUROS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS DE SEGURANÇA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS POR CONTA DO CONTRATADA, CONSIDERANDO EVENTUAL CIRCULAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL.	2	MES	15.559,45	31.118,90	373.426,80



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

05	LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE PICK UP LEVE, SEM MOTORISTA. DESCRIÇÃO: VEÍCULO COM DUAS PORTAS, TRAÇÃO DIANTEIRA, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDRO ELÉTRICO, TRAVA NAS PORTAS, ALARME, CÂMBIO MANUAL, CAPACIDADE MÁXIMA DE 2 PASSEIROS, POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR DE 109 CV, COMBUSTÍVEL FLEX (GASOLINA/ETANOL), NO MÁXIMO COM 4 (QUATRO) ANOS DE MODELO/FABRICAÇÃO (A PARTIR DE 2025), COM QUILOMETRAGEM LIVRE, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA POR CONTA DA CONTRATADA; EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO REGULARES, SEGURO COMPREENSIVO, INCLUSIVE PARA TERCEIROS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN POR CONTA DA CONTRATADA.	2	MES	5.693,84	11.387,68	136.652,16
06	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO MNIVAN, PASSEIO, MOTOR 1.8 A PARTIR DO ANO DE 2020, DIREÇÃO HIDRAULI OU ELETRICA, CAPACIDADE PARA 7 (SETE) LUGARES, QUATRO PORTAS, COMBUSTÍVEL FLEX OU GASOLINA) COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI, COM E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATANTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA□	2	MES	5.905,00	11.810,00	141.720,00
07	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA “A” PARA SIMPLES REMOÇÃO DE PEQUENO PORTE, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICO MOVIDA, A PARTIR DO ANO DE 2025 A GASOLINA/ÁLCOOL) SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR	2	MES	6.426,67	12.853,34	154.240,08



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

b) SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE veículos	UND	VALOR mensal	VALOR TOTAL MÊS (12)	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO MENSAL, TIPO SUV, PASSEIO, MOTOR 2.0 A PARTIR DO ANO DE 2025, DIREÇÃO ELETRICA, CAPACIDADE PARA CINCO LUGARES, QUATRO PORTAS, COMBUSTÍVEL DIESEL) COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI, COM COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MOTORISTA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA	1	Mês	11.000,00	11.000,00	132.000,00

1.4 O quantitativo de veículos descritos na tabela acima é meramente estimativo, não obrigando a Administração Pública em contratá-los.

1.5 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da necessidade de flexibilidade na contratação, considerando a variação na demanda por veículos, a existência de múltiplos órgãos participantes, bem como a impossibilidade de definição exata dos quantitativos a serem demandados ao longo da vigência, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

1.7 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

1.7.1 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a realização contínua dos serviços representa um suporte ao funcionamento das atividades finalísticas da Prefeitura Municipal de GENERAL MAYNARD/SE e seus Partícipes, de modo que a interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade, conforme melhor especificado no ETP.

1.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DO OBJETIVO

A locação de veículo para o Gabinete do Prefeito é imprescindível para atender às demandas institucionais e administrativas da gestão municipal. Essa medida visa garantir:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- Mobilidade e eficiência nas ações públicas: O uso de um veículo oficial assegura que o prefeito possa se deslocar com agilidade para participar de reuniões, eventos e visitas em prol do desenvolvimento do município, incluindo audiências em outros órgãos públicos estaduais e federais.
- Representação do município: Como representante oficial de General Maynard/SE, o prefeito precisa estar presente em encontros que envolvam captação de recursos, parcerias institucionais e defesa dos interesses do município.
- Redução de custos e praticidade: A locação de veículos é uma alternativa economicamente viável, evitando despesas com manutenção, depreciação e aquisição de frota própria.
- Atendimento às exigências legais e administrativas: A disponibilização de transporte oficial para autoridades é prática comum na administração pública, conforme a legislação vigente, visando ao pleno exercício das funções do cargo.

Essa iniciativa é essencial para garantir que a Secretaria possa desempenhar suas atividades com segurança, eficiência e dentro dos parâmetros legais, beneficiando diretamente a população de General Maynard/SE.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em item específico do ETP, anexo deste TR.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em item específico do ETP, anexo deste TR.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade

5.1.1 Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;

5.1.2 Buscar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera pelos veículos automotores;

5.1.3 Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

e serviços dos veículos;

5.1.4 Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente;

5.1.5 Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como em relação aos limites máximos de ruídos fixados nas legislações pertinentes.

5.1.6 A título de comprovação da capacidade operacional, a CONTRATADA deverá:

5.1.6.1. Possuir em seu quadro de funcionários, no mínimo, 1 (um) motorista qualificado para cada grupo vencedor + 50%, arredondado para cima, a ser demonstrado através da apresentação da:

5.1.6.1.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); e

5.1.6.1.2. Cópia do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho.

5.1.6.2 Possuir, no mínimo, 1 (um) ônibus qualificado para cada grupo vencedor + 50%, arredondado para cima, a ser comprovado pelos seguintes documentos:

5.1.6.2.1 Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos (CRLV) para comprovação da propriedade e da idade dos veículos;

5.1.6.3 Possuir Termo de Autorização de Fretamento (TAF) válido, que será consultado diretamente no site da ANTT.

5.1.6.4 As exigências relativas à comprovação de motoristas aplicam-se exclusivamente aos itens que contemplam a contratação com fornecimento de motorista, não sendo exigidas para os itens sem motorista, conforme esclarecimento prestado em resposta à impugnação.

5.2 Da Subcontratação

5.2.1 Será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do Art. 122 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

5.3 Do seguro veicular

5.3.1 Os veículos deverão possuir seguro com cobertura total, durante todo o período de execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE da responsabilidade em relação a quaisquer danos materiais, pessoais ou pecuniários, inclusive de terceiros e decorrentes da utilização dos serviços da seguradora:

5.3.1.1 Seguro total, que inclua cobertura para responsabilidade civil, contra terceiros e danos pessoais dos passageiros transportados, incluindo a devida assistência para o motorista, nas seguintes condições: TCF – Responsabilidade Civil contra Terceiros (DM, DP) e APP – Acidente Pessoal de Passageiro (Morte e Invalidez), sendo o valor mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa.

5.3.1.2 A plena isenção de responsabilidade da CONTRATANTE estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrente de uso, casos fortuitos e que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

5.3.2 Caberá à CONTRATADA apresentar a cópia da apólice de seguro do veículo disponibilizado no contrato, bem como apresentar o cartão do seguro.

5.3.3 Na ocasião do vencimento da apólice, a CONTRATADA deverá apresentar a cópia da renovação e providenciar a substituição do cartão do seguro com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data final de vigência.

5.3.4 Nos casos de sinistro decorrente de culpa ou dolo do condutor indicado pela CONTRATANTE, a responsabilidade pelo pagamento da franquia do seguro será da CONTRATADA, conforme esclarecimento prestado.

5.4 Análise de Riscos da Contratação

A presente contratação está sujeita aos seguintes riscos, bem como às respectivas medidas mitigadoras:

- a) Risco de indisponibilidade dos veículos: mitigado pela exigência de substituição em prazos máximos definidos neste TR.
- b) Risco de elevação de custos operacionais: mitigado pela fixação de preços durante o primeiro ano e aplicação de índice oficial de reajuste.
- c) Risco de falhas na manutenção: mitigado pela responsabilidade integral da contratada pela manutenção preventiva e corretiva.
- d) Risco de descontinuidade do serviço: mitigado pela previsão de sanções administrativas e possibilidade de contratação do cadastro reserva.
- e) Risco de acidentes e danos a terceiros: mitigado pela exigência de seguro total com cobertura mínima definida.

6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência

6.1.1 Disponibilizar 01 (uma) cópia extra das chaves para cada veículo;

6.1.2 Providenciar, após a comunicação da CONTRATANTE, no caso de eventuais defeitos mecânicos ou fatos de outra natureza apresentados pelo veículo, a sua recuperação e efetuar a substituição, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, em horário previamente agendado, por outro veículo com características idênticas ou superiores às previstas no Termo de Referência, sujeito à aprovação da contratante, devendo estar devidamente licenciado e segurado;

6.1.3 O período de indisponibilização do veículo pela CONTRATANTE à CONTRATADA, na hipótese de substituição, será devidamente glosado pelos dias de serviço não prestado;

6.1.4 A substituição provisória do veículo deverá ocorrer por prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, podendo este prazo, a critério do contratante, ser prorrogado caso seja necessário. A reapresentação do veículo titular ou sua substituição definitiva poderá ser solicitada, a critério da CONTRATANTE, caso este prazo seja ultrapassado;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

6.1.5 No caso de a substituição ser motivada por colisão grave, furto/roubo ou perda total do veículo, desde que devidamente comprovados, o prazo para a substituição definitiva será de até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, sendo obrigatória a reapresentação do veículo, objeto do contrato, ou sua substituição definitiva após este prazo;

6.1.6 Responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas, substituindo o veículo quando necessário onde o mesmo se encontrar, sem ônus para o CONTRATANTE, nas mesmas condições e características do veículo substituído;

6.1.7 Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, pneus e outras providências necessárias ao perfeito funcionamento do veículo;

6.1.8 Solicitar os veículos locados para revisão e/ou manutenção preventiva, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por escrito ao CONTRATANTE, sendo que, para essa finalidade a substituição do veículo deverá ser imediata e nas mesmas condições e características do veículo substituído;

6.1.9 Encaminhar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após seu recebimento, cópia das multas e infrações de trânsito pertinentes aos veículos locados, para análise e apuração de responsabilidades por parte do CONTRATANTE, quando este informará à CONTRATADA o nome do condutor do veículo para que esta intermedeie entre o condutor e o DETRAN, visando à apuração da responsabilidade pelas multas e, caso necessário, impetração de recurso junto à autoridade competente;

6.1.10 Caso a Contratada não cumpra com o estabelecido no item 6.1.9, o Município ficará isento do pagamento da referida multa, vez que não poderá reverter à despesa a quem a cometeu, pela alegação de cerceamento do direito de defesa pela ocorrência;

6.1.11 Não cobrar taxas sobre o valor de multas de trânsito. A cobrança será tão-somente do valor constante do auto de infração, através de discriminação na fatura;

6.1.13 Os veículos deverão ser substituídos quando atingirem no máximo 24 (vinte e quatro) meses de contratado ou 120.000 km rodados, o que ocorrer primeiro e sem ônus para o contratante;

6.1.14 O tempo máximo de uso do veículo será aferido tanto no momento da formalização do contrato inicial, como na época da formalização de aditamentos cujo objeto seja a prorrogação de vigência do ajuste.

6.1.15 Os veículos deverão ser de propriedade da CONTRATADA, salvo comprovada a posse dos veículos documentalmente e com autorização de sua locação pela empresa contratada, comprovada através de CRLV (certificado de registro de Licenciamento de Veículo), sendo possível sua subcontratação em até 50%, nos termos do Art. 122 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 6.1.16** Os veículos deverão estar devidamente licenciados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN;
- 6.1.17A** contratada deverá disponibilizar veículos devidamente limpos e com tanque cheio, no momento da entrega e/ou substituições provisórias ou permanentes dos veículos;
- 6.1.18** Não serão aceitos veículos que tenham características inferiores as estabelecidas neste instrumento;
- 6.1.19** Poderão ser oferecidos veículos com características superiores às previstas neste TR, desde que sejam aceitos pela fiscalização;
- 6.1.20** A contratada deverá entregar os veículos em perfeitas condições de segurança, inclusive com os itens obrigatórios, como extintor, triângulo, chave de roda, macaco, cinto de segurança, acompanhados de todos os documentos de porte obrigatório exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro e cópia das respectivas apólices de Seguro;
- 6.1.21** Prestar assistência 24 horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, através de sistema de comunicação a ser informado;
- 6.1.22** Deverá fornecer, sempre que solicitado e não importando o horário da ocorrência, o serviço de reboque do veículo e traslado dos passageiros dentro do Estado do Sergipe, sem ônus para o contratante, quando os veículos ficarem impedidos de transitar em razão de acidente, defeito, retenção por falta de regularidade documental, problemas que impeçam seu conserto no local ou qualquer outro motivo;
- 6.1.23** Em caso de quebra de veículo durante o trajeto a CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para atendimento imediato dos usuários em trânsito;
- 6.1.24** O veículo avariado deverá ser substituído por outro de características similares, no local onde se encontra o veículo, no prazo máximo de 03 (três) horas, sendo admitido excepcionalmente veículo diferente, a fim de se evitar atrasos e/ou prejuízo à contratante;
- 6.1.25** Nas situações acima a CONTRATADA deverá providenciar o transporte da equipe de servidores do contratante, bem como dos demais eventuais usuários do veículo, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas do acionamento, no local da ocorrência, para a sede do CONTRATANTE ou o local mais próximo, a critério do contratante;
- 6.1.26** A CONTRATADA será a única responsável pela manutenção dos veículos (preventiva e corretiva), inclusive pela substituição das peças quando necessário, devendo providenciar todos os recursos e meios necessários e arcar com as respectivas despesas;
- 6.1.27** O fiscal do contrato, quando identificar alguma necessidade de reparo ou manutenção do veículo, encaminhará uma solicitação de serviço à CONTRATADA, que deverá executar o serviço sem ônus para o contratante;
- 6.1.28** A CONTRATADA deverá realizar as revisões periódicas, nos prazos indicados pelos fabricantes dos veículos, sem ônus para o contratante;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

6.1.29 A CONTRATADA deverá providenciar os reparos dos pneus e a substituição de pneus gastos por novos, sem custo adicional, não sendo permitida a utilização de pneus recauchutados. A substituição dos pneus se dará automaticamente, toda vez que qualquer parte da banda de rodagem atingir a espessura mínima exigida pela legislação de trânsito pertinente, devendo ser substituídos simultaneamente os dois pneus do mesmo eixo;

6.1.30 A CONTRATADA deverá substituir os pneus em qualquer situação em que apresentarem desgaste anormal, dano decorrente de vias esburacadas, desagregação ou algo similar que possa impedir a circulação dos veículos ou proporcionar risco de acidentes;

6.1.31 Os pneus sobressalentes deverão ser novos e estarem nas mesmas condições de circulação dos demais pneus;

6.1.32 Para o item Ambulância, os profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos ou equivalentes) serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

6.1.33 Os equipamentos médicos, medicamentos, insumos e demais materiais utilizados nas ambulâncias serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

6.1.34 Os veículos poderão trafegar em vias pavimentadas e não pavimentadas, conforme a necessidade da Administração.

6.1.35 A guarda dos veículos durante o período contratual será de responsabilidade da CONTRATANTE.

6.1.36 A manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive nos casos de necessidade decorrente de uso regular do veículo.

6.1.37 Os veículos poderão trafegar dentro ou fora do município, conforme necessidade administrativa.

6.1.38 A lavagem e higienização dos veículos será de responsabilidade da CONTRATANTE.

6.1.39 A plotagem dos veículos com logomarca do Município será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo o layout ser fornecido pela Administração no prazo de 20 dias.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

7.1 Os veículos deverão ser entregues na sede da Garagem Municipal, localizada na RUA SANTA CRUZ, N°15, GENERAL MAYNARD/SE, GENERAL MAYNARD/SE

7.1.1 A CONTRATADA deverá entregar os veículos em até 10 dias consecutivos contados a partir do recebimento da ordem de serviço, prorrogável, a critério exclusivo da Administração;

7.2 Disposições gerais quanto à prestação e recebimento dos serviços:

7.2.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

7.2.2 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contratuais, devendo ser corrigido ou refeito no prazo fixado pelo fiscal, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.2.3 A emissão da nota fiscal deve ser efetivada pela CONTRATADA somente após a comunicação do recebimento definitivo do serviço a ser encaminhada pela fiscalização do Contrato;

7.2.4 O valor do pagamento do serviço executado devido à CONTRATADA será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR, conforme aferição mensal.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

8.1 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

8.1.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

8.1.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;

8.1.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

8.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Administração, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

8.2.1 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

8.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

8.6 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Administração Municipal não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

8.7 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Liquidação



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

9.1.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.2 Prazo do pagamento

9.2.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, pelos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos serviços, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

9.2.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

9.2.3 A administração Municipal poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

9.2.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.3 Forma de pagamento

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com procedimento auxiliar de Registro de Preço e com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2 Forma de execução

10.2.1 A prestação do serviço será continuada.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10.3 Exigências de habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1.1 Habilitação jurídica

- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10.3.1.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.1.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10.3.1.2.9 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.1.2.10 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.1.2.11 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

10.3.1.2.12 Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Itaporanga d'Ajuda/SE (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

10.3.1.2.13 Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

10.3.1.2.14 Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.1.2.15 Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1.2.16 DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

10.3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10.3.1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.3.1.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.1.3.3.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 3% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.3.1.3.3.2 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.1.4 Qualificação Técnica

10.3.1.4.1 Comprovação de aptidão para a execução de serviço igual/similar/equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.3.1.4.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.3.1.4.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.3.1.4.4 Certificado de Registro para Fretamento (ANTT), exclusivamente quando exigido pela legislação específica e apenas para os itens que envolvam transporte rodoviário coletivo intermunicipal ou interestadual de passageiros

10.3.1.4.5 Licença de autorização de transporte de Passageiros pela DER/SE – Departamento de Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe para os itens 5 e 6.

10.3.1.4.6 O Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

10.3.1.4.7 Inscrição da empresa no CRA (CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO) da empresa vencedora com profissional qualificado de acordo com Ofício Circular nº 0011/2024 -DITEC / TCE/SE DE 26/02/2024.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.684.245,36 (Um milhão seiscentos oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

11.3 Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A).

12. DAS SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor/prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

12.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

12.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **12.1.1** deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 12.1 deste Termo de Referência, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 12.1.8 a 12.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c” e “d” abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.12 deste Termo de Referência;

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos para pagamentos dos serviços a serem contratados, correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária indicada na ordem de Fornecimento.

14. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de General Maynard através da Secretaria Municipal de Gabinete será o órgão gerenciador da ata de registro de preços e deverá:

- a) Assinar a ata de registro de preços;
- b) Autorizar as adesões de órgãos e entidades de outras esferas governamentais, quando couber.
- c) remanejar os quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos na Lei 14.133/21
- d) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;
- e) autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo da efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

15. DOS ORGÃOS E ENTIDADES PARTICIPE

15.1 Será participe deste Processo Auxiliar o Fundo Municipal de Saúde.

15.2 Compete ao órgão ou entidade participante:

- a) Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador;
- b) manifestar, junto ao órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
- c) auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, as atividades de instrução processual para realização do processo de contratação;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- d) tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- e) assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;
- f) zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- g) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora, e registrar pertinentes;
- h) prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.

16. DA VIABILIDADE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL.

16.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

16.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

16.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021; e

16.1.4 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

16.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

16.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

16.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

16.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

17. Dos limites para as adesões

17.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

17.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

18. Vedação a acréscimo de quantitativos

18.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

19. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

19.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

19.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

19.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

19.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 19.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

19.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

19.4 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

19.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

19.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 20 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

19.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

20. DO CADASTRO RESERVA

20.1 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

20.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

20.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

20.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

20.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.

20.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

20.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

20.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

20.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

20.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 23.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

20.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 20.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

20.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

20.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DO ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

21.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

21.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

21.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

21.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

22. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

22.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

22.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

22.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

22.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

22.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

22.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

22.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 26.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

22.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 20.5.

22.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 23.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

22.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 22.2 e no item 22.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

22.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

23.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

23.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

23.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 22.2.2 deste TR

23.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

23.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

23.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 23.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

23.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

23.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

23.4.1 Por razão de interesse público;

23.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

23.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

GENERAL MAYNARD/SE, 10 de fevereiro 2026.

Equipe responsável pela elaboração do TR:

TALITTA ALMEIDA DE MENDONÇA – CPF: 048.616.975-81

SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ORGAO AUXILIAR ELABORAÇÃO DO TERMO

WALTER GUSTAVO MELO DE SOUZA – MAT: 2015

SECRETÁRIO DE GABINETE

De acordo:

SULYANNE DE JESUS LIMA

CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE GENERAL MAYNARD
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

De acordo:

GILBERTO SANTOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE